

1 **ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE INFRAESTRUTURA**
2 **VERDE DO SUBCOMITÊ LESTE, Realizada no dia 13 de AGOSTO de dois**
3 **mil e vinte às 10 horas POR VIDEOCONFERÊNCIA- GRAVAÇÃO**
4 **DISPONÍVEL, com os seguintes pontos de pauta: 1- Apresentação do**
5 **Projeto de PSA para a diretoria do CBH-BG.** 1 Às 10:10 a Sra. Marie Ikemoto
6 (Inea) solicitou para que os participantes da reunião se apresentassem. Em
7 seguida todos se apresentaram. Às 10:18 a Sra. Ana Costa (Agevap) iniciou
8 apresentação de contextualização do projeto de PSA, que se adequa ao
9 macroprograma de infraestrutura verde e que já no Plano Diretor da Baía de
10 Guanabara do ano de 2005 estava prevista em seu plano de ações a
11 restauração florestal. Ressaltou também que o PSA está previsto na Política
12 Estadual de Recursos Hídricos como um instrumento de gestão na figura do
13 PROHIDRO. A Sra. Ana Costa destacou sobre a distribuição de recursos do
14 CBH-BG para esse fim e quanto seria destinado ao subcomitê Leste. A Sra.
15 Ana Costa salientou que, para o subcomitê leste no âmbito de ações de
16 Infraestrutura Verde, de acordo com o PAP, estaria disponível o valor de R\$
17 553.711,94. Destacou também que, por parte do CBH-BG existe uma
18 resolução de número 41 de 5 de dezembro de 2016, que autoriza a utilização
19 de R\$ 60.000 para ações de PSA na bacia do Rio Guapi-Macacu.
20 Continuando, comentou que seria interessante que o comitê fizesse uma
21 resolução nova para esse mesmo fim. O Sr. João Alberto destacou que esses
22 R\$ 60.000 da resolução nº 41 não foram gastos pois seriam uma contrapartida
23 em um projeto que o INEA estava acessando no Ministério do Meio Ambiente.
24 A Sra. Marie Ikemoto (INEA) confirmou o que o Sr. João Alberto havia dito, que
25 o INEA não conseguiu acessar o recurso do projeto e que por isso o recurso
26 não foi executado. A Sra. Marie Ikemoto iniciou a apresentação explicando o
27 projeto de PSA, e ressaltou que os recursos para o projeto vêm de duas fontes,
28 uma é o FUNDRHI através do comitê e outra através do TAC COMPERJ.
29 Também explicou que os recursos serão executados pelo INEA, e que será
30 criado um grupo de acompanhamento para avaliar e acompanhar a execução
31 do projeto. A Sra. Marie Ikemoto explicou a metodologia para priorização das

áreas que serão contempladas na bacia do Guapi-macacu, que possuem grande potencial de conversão de áreas de agricultura e pastagem. Explicou também que o recurso será depositado pela Petrobrás na conta da SEAS/INEA, a SEAS/INEA acessará esses recursos e executará o projeto com supervisão do Ministério Público do Rio de Janeiro, e ao final do projeto, a SEAS/INEA irá prestar contas sobre o projeto. A Sra. Marie Ikemoto ressaltou que para o CBH-BG participar é preciso manifestar interesse em celebrar o Acordo de Cooperação Técnica e assinar o termo de adesão. Salientou que o projeto tem o objetivo de aumentar a segurança hídrica na bacia e na região leste realizando a recuperação ambiental de 20 hectares por meio de sistemas agroflorestais e silvopastoris. Então explicou como funciona o fluxograma do projeto. Destacou ainda que pelo cronograma de trabalho, o desembolso para o projeto só ocorrerá no ano que vem (2021). A Sra. Gabriela Viana (REGUA) perguntou se as propriedades que estão dentro de unidades de conservação serão contempladas e se haveria fator de correção para propriedades menores com a percentagem da área de conservação das propriedades. A Sra. Marie Ikemoto (INEA) respondeu dizendo que os indicadores estão sendo estudados ainda mas que a ideia é, sim, priorizar as propriedades que estão inseridas em unidades de conservação. E destacou que os fatores de correção e prioridades ainda estão sendo estudados e que também estão abertos a ideias e sugestões. A Sra. Christianne Bernardo salientou que é importante o CBH-BG fazer uma resolução para a execução do recurso destinado ao projeto via CTIL, a participação do comitê via Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica e escolher alguém do CBH-BG para acompanhar o projeto. A Sra. Marie Ikemoto ressaltou que com relação ao Termo de Adesão ao ACT com o MPRJ, já foi enviado um ofício ao comitê e que basta o comitê responder ao ofício manifestando o interesse em participar e encaminhando também o documento com o preenchimento da minuta do Termo solicitando a adesão e a documentação necessária. A Sra. Gabriela Viana perguntou se as pessoas que só tem a posse das terras poderão participar do projeto. A Sra. Marie Ikemoto respondeu dizendo que eles aceitam vários tipos de documento que

63 comprovam que eles utilizam a terra, como por exemplo, registro de compra e
64 venda mas que está discutindo junto a AGEVAP quais vão ser os critérios para
65 a celebração dos contratos. A Sra Ana Costa também destacou que os
66 documentos que a AGEVAP demanda são os mesmos que o INEA utiliza e
67 que, no caso do projeto de PSA, como está sendo negociada a estrutura dos
68 pagamentos via Caixa Econômica Federal, o André Marques (AGEVAP) disse
69 que vão ser exigidos os documentos que a Caixa solicitar.

70

71

72 **Rio de Janeiro, 13 agosto de 2020**

73

74

75

76

77 **Jorge Luiz Marinho Muniz**

78 **Coordenador Subcomitê Leste**

79

80

81

82 **Encaminhamentos:**

83

84 1- Enviar apresentação para diretoria

85 2 - Encaminhar para a CTIL minuta resolução para destinação de recursos para
86 PSA

87

88

89

90

91

92 **Participantes:**

93 Ana Costa - AGEVAP

94 Christianne Bernardo - OAB Barra da Tijuca

95 Gabriel Macedo – AGEVAP

-
- 96 Gabriela Viana Moreira – Reserva Ecológica do Guapiaçu
97 João Alberto – Prefeitura de Cachoeiras de Macacu
98 Jorge Luiz Marinho Muniz – CEDAE
99 Kleiton Gomes – AGEVAP
100 Maria Aparecida de Souza – Prefeitura de Magé
101 Marie Ikemoto - INEA
102 Sérgio Siciliano. Emater-Rio/Seapa
103 Thiago Valente - Fundação Grupo Boticário